

# apresentação



A sociedade contemporânea perpassa por diversas transformações que impõem uma maior reflexão, debate e aprofundamento sobre diversas questões controversas, que influenciam a reconstrução dos paradigmas do Direito no contexto do Estado Democrático de Direito. Nesse cenário, impõem-se a releitura crítica e construtiva dos modelos jurídicos, por meio do estudo da moderna doutrina e do indispensável exame da jurisprudência dos Tribunais Pátrios, permitindo-se, assim, a (re)apreciação de suas peculiares repercussões hermenêuticas *in concreto*.

A Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva se apresenta como um relevante instrumento de difusão da pesquisa científica, da análise crítica do Direito e de fomento à produção intelectual na área jurídica, sob uma perspectiva interdisciplinar de estudo, tendo por linha editorial, temáticas relacionadas ao *Estado Democrático de Direito e Solução de Conflitos*.

Com muita satisfação, cumpre-nos informar à comunidade acadêmica que a Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva fora classificada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em sua última avaliação, no *Estrato B4* do Sistema *Qualis* de Periódicos, demonstrando o compromisso da publicação com a qualidade da produção intelectual.

A revista atendendo a rigorosos requisitos editoriais, relacionados a excelência de periódicos, obteve, ainda, sua inserção em vários indexadores nacionais e internacionais, com destaque para a *REDIB* (Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico), o *Latindex* (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal), o *Diadorim* (Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras), o *BDJur* (Biblioteca Digital Jurídica do Superior Tribunal de Justiça), dentre outros.

Gostaríamos, de registrar nossos sinceros agradecimentos aos eminentes membros do Conselho Editorial e do Conselho de Pareceristas, por todo apoio e tempo dispensados, a qualificação da publicação e a avaliação dos trabalhos científicos. Agradecemos, ainda, aos autores pela submissão dos artigos e estudos, resultantes de suas pesquisas, cujos debates e reflexões contribuíram para o desenvolvimento crítico do conhecimento jurídico.

O presente número do periódico compõe-se por dez trabalhos científicos, de autores internacionais e nacionais, cujas temáticas proporcionam ao leitor relevantes análises sobre questões do contexto contemporâneo do Direito, sob a imprescindível perspectiva do Estado Democrático do Direito.

No primeiro artigo, apresentamos como contribuição estrangeira, o texto “La gestión ambiental: incidencia en el comercio y en el mercado”, de autoria do professor cubano Alcides Francisco Antúnez Sánchez, máster en Asesoría Jurídica por la Universidad de Oriente e docente na Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad de Granma/Cuba e do professor equatoriano Edison Napoleón Fuentes Yáñez, máster e profesor titular na Universidad Técnica Estatal de Quevedo/Equador. Os autores analisam a questão da política e gestão ambiental em Cuba e os impactos incidentes no comércio e no mercado, com destaque em seu articulado para os progressos significativos havidos na política ambiental cubana, notadamente, em relação a gestão pública dos recursos naturais e a relevância atribuída ao Princípio do Desenvolvimento Sustentável.

Ingrid Paula Gonzaga e Castro, doutoranda em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP), mestre em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento pela PUC/Goiás e professora da especialização em Direito na Faculdade de Montes Belos/Goiás e Larissa Faleiro Sousa, mediadora judicial, discutem no artigo “A prescrição virtual sob o prisma do Estado Democrático e o princípio da não culpabilidade” sobre a possibilidade de aplicação da prescrição virtual dentro do contexto do Estado Democrático de Direito, perpassando pela análise do posicionamento dos

Tribunais Superiores sobre a problematização em comento.

O terceiro artigo, escrito por Sabrina Alves Zamboni, mestre em Direito Público pela PUC Minas, professora de Direito Público na Faculdade Minas Gerais e na Universidade Estácio de Sá e Luciana Cristina Reis Costa, bacharel em Direito pela Faculdade Minas Gerais, discutem a questão da adoção internacional de crianças e adolescentes brasileiros por estrangeiros, sob o viés da necessidade de proteção dos direitos culturais do menor e da discussão dos direitos humanos da criança, do seu real interesse e o bem-estar desses adotados.

Bruno Araujo Ramalho, mestrando do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Regulação pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/RJ), apresenta instigante profícuo estudo sobre a questão da autonomia financeira das agências reguladoras, por meio da análise comparativa entre o formato de autonomia orçamentário-financeira de comissões regulatórias norte-americanas e as existentes nas agências reguladoras brasileiras.

No quinto artigo, Emmanuelle Konzen Castro, mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, discorre sobre a aplicação da teoria da reserva do possível pelo Judiciário nas demandas de saúde no Brasil. O estudo propõe com suporte no Direito Comparado avaliar os problemas interpretativos que permeiam o uso da referida teoria no Brasil, por meio da análise da decisão BVerfGE 33,303 do Tribunal Constitucional Federal alemão, para assim indicar possíveis equívocos e deturpações que ocorreram ao se importar a expressão e aplicá-la para denegar direito fundamental indispensável à vida.

Adriano Souto Borges, mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, em artigo intitulado “A leitura moral da Constituição: entre Dworkin e Waldron”, aborda a referida temática a partir de uma perspectiva filosófica que contribui para interessantes reflexões no âmbito da Teoria do Direito, tendo por fundamento o embate entre Dworkin e Waldron, sobre a legitimidade da interpretação judicial relativa à moralidade.

Tendo como ponto de partida a apreciação do *Jus Postulandi* e o Processo Judicial Eletrônico (PJE) na Justiça do Trabalho, Kleber José Stocco, mestre em Direito pela Escola Paulista de Direito/SP e advogado, lança relevantes críticas à aplicação do *Jus Postulandi* com o advento do Processo Judicial Eletrônico Trabalhista, considerando-o, nesse cenário, uma verdadeira forma de renúncia em contraponto ao Princípio da Irrenunciabilidade do Direito do Trabalho.

No oitavo artigo, Mayara Pellenz, mestre em Direito pela Faculdade Meridional/RS e professora da graduação em Direito da Faculdade IBES/SOCIES (Blumenau/SC) e da pós-graduação em Direito da Faculdade Avantis (Balneário Camboriú/SC), e Rafaela Baldissera, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Faculdade Meridional/RS, propõem em seu texto revisar o conceito de cidadania diante dos fenômenos da Globalização e da Transnacionalidade. Discorrem sobre a chamada cidadania ambiental e os fundamentos éticos para construção de uma sociedade sustentável e transnacional, argumentando que a cidadania tem por pressuposto um projeto mais amplo que começa pela dimensão ambiental.

“Licitações sustentáveis” é a contribuição de Leandro Bussolotto, mestrando em Direito da Faculdade Meridional/RS e advogado, que examina em seu artigo o problema da institucionalização da discricionariedade nas decisões judiciais diante do dever legal do gestor público de conferir efetividade às licitações sustentáveis em respeito ao princípio constitucional da eficiência administrativa e do meio ambiente equilibrado. Aborda, ainda, em seu estudo, as consequências prejudiciais da discricionariedade que ensejam insegurança jurídica na elaboração de políticas públicas voltadas a sustentabilidade nas aquisições e contratações governamentais na administração pública.

Fechando o presente número da revista, outra importante discussão no contexto do Direito contemporâneo é apresentada ao leitor por Stephanie Carolyn Perez, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e advogada.

A autora realiza interessante releitura da necessidade do prévio exaurimento da via administrativa antes do ajuizamento da ação penal nos crimes contra a ordem tributária, sob a perspectiva da legislação, doutrina e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, trazendo relevante contribuição.

Cumpramos a honra de apresentar mais um número da Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva, elaborado a partir da produção científica de renomados pesquisadores, nacionais e estrangeiros, e do compromisso intelectual de qualidade editorial do periódico. Esperamos que o diálogo e as reflexões propostas pelos autores nos artigos aqui publicados possam colaborar para futuras pesquisas, e, para o enriquecimento de toda a comunidade acadêmica.

Boa leitura!

**PROFESSOR DOUTOR MICHAEL CÉSAR SILVA**

Editor da Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva